



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS NATURAIS

WALBERT CARDOSO PIMENTEL

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR:** avaliação  
do acesso ao PRONAF na Associação dos Agricultores Familiares de  
Abaetetuba (AFAFA), Pará, Amazônia brasileira

ABAETETUBA  
2018

WALBERT CARDOSO PIMENTEL

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: avaliação**  
do acesso ao PRONAF na Associação dos Agricultores Familiares de  
Abaetetuba (AFAFA), Pará, Amazônia brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a  
obtenção de grau em Licenciatura em Educação do Campo  
com habilitação em Ciências Exatas e Naturais, Faculdade  
de Formação e Desenvolvimento do Campo, Universidade  
Federal do Pará.

Orientador: Professor Dr. Livio Sergio Dias Claudino.

ABAETETUBA  
2018

WALBERT CARDOSO PIMENTEL

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR: avaliação**  
do acesso ao PRONAF na Associação dos Agricultores Familiares de  
Abaetetuba (AFAFA), Pará, Amazônia brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso Orientado pelo professor Dr. Livio Sergio Claudino apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Professor Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Exatas e Naturais.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Livio Sergio Dias Claudino  
Orientador - UFPA

---

Prof. Dr. José Ribamar Furtado de Souza  
Examinador – interno PPGCITI/UFPA

---

Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo  
Examinador – Externo UFT

## RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar as condições de acesso as políticas públicas com enfoque no acesso ao PRONAF entre agricultores familiares no município de Abaetetuba - Pará, integrantes de uma Associação da Feira da Agricultura Familiar (AFAFA). As metodologias adotadas para subsidiar a pesquisa se deram por meio de 30 entrevistas com aplicação de questionários diretamente aos feirantes. As questões buscavam um levantamento de perfil socioeconômico e também os fatores limitantes de acesso ao crédito. Além desses dados primários, foi realizada pesquisa em sites oficiais do governo a fim de quantificar os contratos em diversas escalas, do nacional ao municipal. Os dados obtidos foram sistematizados em tabelas e gráficos contendo características sociais e econômicas dos agricultores, bem como de suas possíveis relações com os limitantes ao crédito. Utilizamos principalmente a média interna dividida em dois grupos (os que acessaram o crédito e os que não acessaram) como ferramenta de análise. Como principais resultados, detectamos que 50% da amostragem obteve acesso ao crédito PRONAF. Entre os fatores que condicionam o acesso ou não acesso ao crédito há algumas predominâncias, que destacamos: o tamanho da terra; o gênero; a posse de Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP).

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Gênero e acesso ao crédito; Agricultura familiar.

## ABSTRACT

This research had the objective of analyzing the conditions of access to public policies focused on access to PRONAF among family farmers in the municipality of Abaetetuba - Pará, members of a Association of the Family Agriculture Fair (AFAFA). The methodologies adopted to subsidize the research were given through 30 interviews with the application of questionnaires directly to the marketers. The questions sought a survey of socioeconomic profile and also the limiting factors of access to credit. In addition to these primary data, research was conducted on official government websites to quantify contracts at various scales, from national to municipal. The data obtained were systematized in tables and graphs containing the social and economic characteristics of the farmers, as well as their possible relations with the constraints to credit. We mainly used the internal average divided into two groups (those who accessed credit and those who did not) as an analysis tool. As the main results, we detected that 50% of the sample obtained access to PRONAF credit. Among the factors that condition access or not access to credit there are some predominance, which we highlight: the size of the land; the gender; the possession of an Aptitude Document to Pronaf (DAP).

**Keywords:** Public policy. Gender and access to credit. Pronaf.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>9</b>
<b>3 DISCUTINDO AS ORIGENS E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA E O PRONAF.....</b>	<b>12</b>
<b>3.1 História do PRONAF no Brasil, na região Norte e em Abaetetuba.....</b>	<b>14</b>
<b>3.2 O PRONAF em números recentes.....</b>	<b>15</b>
<b>4 DISCUTINDO AS CARACTERÍSTICAS DOS FEIRANTES E SUA RELAÇÃO COM O ACESSO AO PRONAF.....</b>	<b>19</b>
4.1 Atividades realizadas e área total utilizada.....	19
4.2 Canais e agentes de comercialização.....	20
4.3 Renda mensal anual estimada.....	21
4.4 Acesso a documentos: DAP ou CAF.....	22
<b>4.5 Caracterizando variáveis socioeconômicas, documentais e fundiárias e sua relação com o acesso ao Pronaf.....</b>	<b>23</b>
4.5.1 Tipos e valores dos programas acessados pelo PRONAF.....	26
4.5.2 Formas de conhecimento sobre programa.....	27
4.5.3 Fatores limitantes ao acesso ao PRONAF entre os feirantes.....	28
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>APÊNDICE A QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da necessidade de estudos relativos aos financiamentos e custeio da agricultura familiar a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em unidades familiares presentes no município de Abaetetuba-Pará, mais especificamente com agricultores da Associação dos Feirantes da Feira da Agricultura Familiar de Abaetetuba (AFAFA). O foco é diagnosticar e analisar os empecilhos que aparecem como limitadores a essa política pública, trazendo consigo também levantamentos de dados estatísticos e evolutivos da quantidade de contratos e valores do programa na escala nacional, regional e municipal.

Partindo do princípio de que as políticas públicas de financiamentos e incentivos destinadas à agricultura familiar se definem a partir do pressuposto de fortalecer a produção familiar rural, e que ainda existe um número expressivo de agricultores que não conseguem usufruir a mesma, indagamos os possíveis motivos que levam a uma baixa quantidade de agricultores a terem subsídios para melhorar sua qualidade produtiva em seu estabelecimento a partir de fomentos. Schneider e Grisa (2014, p.126) indicam que “historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca os anos 1990 – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país”. Com isso, destacamos as possíveis eventualidades que mascaram as deficiências em acessar esses incentivos.

Atualmente, os canais de comercialização institucionais para agricultores se configuram com a presença de uma grande variedade de programas, como a exemplo da grande matriz que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e suas ramificações: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que estão presentes e em vigor no município de Abaetetuba, Pará, em 2018. Entretanto, pode-se observar como será mostrado nessa pesquisa e em dados da literatura, que ainda é muito limitado o percentual de grupos familiares que possuem e acessam efetivamente esses incentivos de fortalecimento da agricultura familiar.

A partir de novas concepções sobre a importância da agricultura familiar no fornecimento de alimentação de qualidade, seja este para mercado institucional ou fora dele, têm sido notórias mobilizações em prol da garantia do acesso ao direito a esses fomentos dos mesmos. Todos os acessos a financiamento dependem diretamente de algumas burocracias e documentos comprobatórios, uns mais rigorosos que outros, como a exemplo da Declaração

de Aptidão ao PRONAF (DAP), que está passando por uma transição para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), por meio da Lei Nº 11.326, de Julho de 2006, que, “estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares”, sendo que ambas servem como pré-requisitos para o acesso a programas institucionais. Esses procedimentos podem se tornar impeditivos, pois nem sempre todos os quesitos estabelecidos são plenamente cumpridos, havendo assim indeferimento daquele produtor no processo e conseqüentemente a exclusão do mesmo. Há ainda a questão mais sutil do acesso às informações, que limitam a compreensão e também à participação no programa. Isso justifica a nossa amostragem: um grupo que há mais de 2 anos está mais próximo do poder público municipal, pois são integrantes da associação, que fica situada em um prédio que divide espaço com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater – Pa).

Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as condições de acesso ao PRONAF, identificando principalmente os fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares, tendo como grupo focal agricultores associados da AFAFA. Para tanto, os objetivos específicos são: a) avaliar o funcionamento do PRONAF de uma maneira geral, seus critérios, suas características e faixas; b) Revisar, na literatura, os principais limitantes ao acesso; c) realizar uma análise socioeconômica e produtiva de uma amostragem de agricultores da feira do agricultor familiar de Abaetetuba, identificando suas características produtivas e de acesso ao PRONAF.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu inicialmente a partir de coleta de dados por meio de pesquisas bibliográficas para que se obtivesse um aprofundamento intermédio da leitura de estudos relativos ao PRONAF. Raupp e Beuren (2006) apontam que esse levantamento se constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando se objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura uma resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar.

Quanto às abordagens das problemáticas pesquisadas se deu por meio de análises qualitativa e quantitativa, com intuito de discriminar características dos agricultores bem como a sistematização dos dados coletados.

Destaca ainda que abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social. Isso justifica a existência de problemas que podem ser investigados com uma metodologia quantitativa e outros que exigem um enfoque diferente, necessitando-se da metodologia qualitativa. (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 92).

Foram realizadas também consultas a sites governamentais que abordam sobre o PRONAF com enfoques nas legislações vigentes, e quantitativos de recursos.

De forma a se entender os quantitativos de valores e contratos destinados a agricultores familiares no município de Abaetetuba por meio do PRONAF, foi necessário à realização de levantamento bibliográfico de dados na página oficial do Banco Central do Brasil<sup>1</sup>, para conseguir dados por ano e por região. Contudo foi necessário um levantamento que detalhasse mais amplamente os financiamentos no nível do estado do Pará e município de Abaetetuba seguindo a ordem procedimental<sup>2</sup>, A partir desses levantamentos foi possível notar as variações do programa numa escala nacional, regional e local.

Para obtenção de dados relativos às especificidades do município de Abaetetuba foram utilizados dados oficiais disponibilizados no site oficial do IBGE, respectivamente em no item

---

1 Para conseguir os dados, foi necessário, no site, os seguintes caminhos: [Sistema Financeiro Nacional - Crédito Rural - Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR - Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR](#) - Quantidade e Valor dos Contratos por Região e Brasil, selecionando janeiro como mês de início e dezembro como mês fim e ano início com o mesmo valor ano para o ano fim para obtenção da evolução de valores de contratos por região e Brasil num período de um ano (isso pode ir para o corpo do texto... colocando aqui apenas o link).

2 Sistema Financeiro Nacional - Crédito Rural - Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR - Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR – quantidade e valor dos contratos por município e região selecionando janeiro como mês de início e dezembro como mês fim, uf: Pará, programa: PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA, ano de início e ano fim com o mesmo valor obedecendo a um período de um ano, fontes de recursos: todas, subprograma: todos.

local selecionado a aba municípios, em seguida a aba Pará e, posteriormente, selecionar o município de Abaetetuba. Já na página contendo os senso, foi selecionado o item pesquisa, em seguida o item censo agropecuário, para obtenção dos quantitativos de estabelecimentos agropecuários no município.

No caso da pesquisa em campo, o estudo teve como lócus a feira do agricultor familiar de Abaetetuba com uma amostragem de 30 agricultores sendo que as entrevistas foram realizadas no período de 09 de outubro a 20 de outubro de 2018. Vale destacar que também sou um dos feirantes, e minha família integra a amostragem da pesquisa. A Feira da Agricultura Familiar de Abaetetuba começou suas atividades em junho de 2016, funcionando em um galpão no centro da cidade (Figura 1). A mesma foi idealizada por técnicos de empresas governamentais, principalmente EMATER-PA, e conseguiu se estabelecer como importante meio de comercialização dos produtos da agricultura familiar (CLAUDINO et al., 2017). Atualmente a feira tem mais de 80 associados, e cerca de 40 feirantes ativos.

**Figura 1** - Imagens da feira no ato de comemoração de 1 ano.



**Fonte:** Facebook A-feira Abaete (2017).

Vale destacar como se pode ver pelos patrocínios e apoio que a feira é um espaço privilegiado para acessar benefícios oriundos do poder público, por exemplo, o CRED CIDADÃO que foi concedido aos feirantes em 2017 (Figura 2).

**Figura 2-** Concessão do CRED CIDADÃO aos associados da AFAFA.



**Fonte:** Facebook A-feira Abaete (2017).

Esse crédito foi concedido para os agricultores associados da AFAFA, no mês de dezembro do ano de 2017, por intermédio do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ. Para que houvesse a concessão foi necessário a troca de assinatura entre os agricultores em forma de fiadores, conforme dados disponíveis no site da instituição Cred Cidadão (2018). Entre as obrigatoriedades, demandava aval de terceiros, aval solidário e alienação fiduciária. Os valores foram repassados aos agricultores em uma única parcela. O pagamento do valor recebido foi feito por meio de boletos bancários divididos em 12 parcelas para o banco responsável pela concessão, dentro de uma carência de quatro meses para a primeira parcela.

### 3 DISCUTINDO AS ORIGENS E EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA E O PRONAF

Para se entender os desdobramentos sobre essa política pública, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, torna-se necessário uma análise de como essas políticas são constituídas e debatidas. Quando adentramos no cenário das políticas públicas nos deparamos com uma variada quantidade de definições e modelos conflitantes, uma vez que esta é dada como uma parte das políticas sociais. As respostas em definir sua verdadeira funcionalidade bem como dos fatores e resultados inerentes são difíceis, apesar do fato das mesmas esbarrar em modelos mais comuns ainda não seguem uma ideia conjunta, conforme destaca citação abaixo:

Respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto, o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública. (SOUZA, 2006, p. 21).

Os estudos em torno das políticas públicas contribuem significativamente para avanços nas diferentes áreas do conhecimento, bem como aguçam a curiosidade destas em torno de seu funcionamento e, conseqüentemente, contribuem para um maior aprofundamento, aperfeiçoamento e incorporação dos diferentes modelos propostos por literaturas clássicas, daqueles que Souza descreve-os como sendo os “pais” da área de políticas públicas com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton, que analisaram e propuseram modelos de como as políticas são executadas.

Tal é também a razão pela quais pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, p. 23).

Os debates sobre políticas públicas vão se formando e afunilando pontos em comum com notória centralidade dada às políticas públicas a partir do gerenciamento do Estado, em conformidade com modelos ideológicos de sociedade a qual este se propõe a implantar. Sendo que as políticas são de cunho regulatório, ficando sujeitas a avaliações e análises, podendo haver alterações em suas estruturas, de forma a atingir uma maior eficácia de seus objetivos, sejam estes na própria efetivação da política ou no controle do programa pelo governo que a implantou.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (Souza, 2006, p. 26).

É notório que as políticas públicas perpassam por vários cenários se adequando a um ou outro modelo de política, a exemplo do modelo do *ciclo da política pública*, que é um modelo e regido em função do estabelecimento de uma agenda para enfrentamento de problemas. Contudo, os mesmos sofrem influências formais e/ou informais, contribuindo assim com alterações em suas estruturas, sendo que o grande propulsor para o encaminhamento e debate dos problemas está centrado nas agendas políticas, havendo assim uma seleção ou exclusão de itens que não estão em conformidade com os interesses dos envolvidos, sendo que o determinante da seleção de uma agenda política são os agentes políticos em respostas a problemas de seus interesses, como destacado na citação:

Esta abordagem enfatiza sobretudo a definição de agenda (*agenda setting*) e pergunta por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas. Algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública. Cada participante e cada processo podem atuar como um incentivo ou como um ponto de veto (SOUZA 2006, p. 29).

Souza (2006, p. 26) define a efetividade da participação na construção das políticas a partir do “(...) envolvimento de vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes”. Levando em consideração que as instituições do Estado sofrem influências frente às suas efetividades de políticas públicas, pontua-se a importância da organização e mobilização dos movimentos sociais frente ao acesso desses direitos, seja na implantação de novas políticas, quanto na reformulação das políticas vigentes, contribuindo assim para uma maior adequação às particularidades das camadas sociais, e atendimento de um maior número de interesses. A fim de compreender melhor o modo como o PRONAF foi passando por pressões para a sua existência e também sua transformação, no próximo item serão apresentados alguns elementos para compreender a sua história.

### 3.1 História do PRONAF no Brasil, na região Norte e em Abaetetuba

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi e é marcado por adaptações ao longo do tempo, cujo objetivo é se adaptar e atender às capilaridades da agricultura familiar, sendo que o mesmo surgiu a partir de um programa que serviu como uma matriz, que era naquele momento o Programa de Valorização da Pequena produção Rural (PROVAV). Schneider (2004) destaca que a criação do PROVAV se deu em decorrência das pressões dos movimentos sociais, e que posteriormente esta seria um embrião para a primeira e mais importante política institucional para os agricultores familiares.

A partir de 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAV foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao PRONAF, Em 1996 cuja institucionalização ocorreu através do decreto presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do governo federal para apoiar os agricultores familiares. (SCHNEIDER, 2004, p.3).

Vale ressaltar que a devida efetivação dessa política foi antecedida de inúmeras mobilizações sociais, articuladas, e organizadas por meio das confederações, associações e sindicatos, para que se fosse possível o pleito dos direitos dos agricultores, sendo que somente a partir do institucionalização do programa e reconhecimento legal do agricultor familiar, que se tornou possível almejar o fortalecimento da agricultura familiar, com incentivos e subsídios para a produção a partir da esfera federal, a onde:

O surgimento desse programa representa o reconhecimento da categoria e a legitimação do estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares - que até então era designado por termos como pequeno agricultor, produtores familiares, produtores de baixa renda, ou agricultores de subsistência. (SCHNEIDER; MATTEI; GAZELA, 2004)

As conquistas dos agricultores frente ao estado por meio do PRONAF sempre foram marcadas por reivindicações e lutas, uma vez que o mesmo foi implantado sobre um modelo que deixava a agricultura familiar à margem do programa, devido ao mesmo ter sido executado inicialmente sob parâmetro que proporciona certa concorrência entre o latifúndio ligado às grandes produções com base na exportação de alimentos e fortalecimento da economia nacional e o agricultor familiar que na desproporção era o menos beneficiado pelo programa.

Apresentou um caráter triplamente seletivo, beneficiando principalmente os médios e grandes agricultores, localizados nas regiões sul e sudeste, produtores de produtos direcionados à exportação ou de interesses de grupos agroindustriais (café, soja, trigo, cana-de-açúcar, laranja e algodão). (SCHNEIDER; GRISA, S129, 2015)

A partir das disparidades entre o fomento da grande produção do latifúndio e para o fomento das produções para os agricultores familiares, que foram construídas as mobilizações dos movimentos sociais por meio de encontros da CONTAG e STTRs que recorriam a políticas de forma que esta estivesse mais próxima às especificidades dos trabalhadores rurais, com reformulações no programa, que permitiu o surgimento de novas possibilidades para com o estabelecimento de novos parâmetros que incluísse e efetivamente o agricultor familiar neste programa de forma mais ampla, que mais tarde culminou no surgimento de novas categorias, e programas que de alguma forma contemplou um maior contingente de demandas.

Com isso, os parâmetros foram se redefinindo e contribuindo com o surgimento de categorias e programas que estavam mais próximas com as especificidades dos agricultores como o PAA e PNAE que aparecem com um modelo de programa mais flexível e que em tese deveria abrir uma maior possibilidade de fomento para os agricultores familiares.

As devidas alterações foram propulsoras no enquadramento de um maior número de agricultores que e conseqüentemente alterações nos percentuais e levantamentos referentes ao programa de fortalecimento da agricultura familiar. Onde os montantes de recursos em reais disponibilizados a nível nacional aumentam no decorrer dos anos, entretanto não significa que todas as unidades federativas acompanham esse mesmo desenvolvimento, havendo assim algumas disparidades entre os percentuais de desenvolvimento entre região, estado até mesmo nos municípios.

### **3.2 O PRONAF em números recentes**

Conforme dados disponibilizados no site oficial do Banco Central do Brasil, o montante de valores acessados a nível nacional no ano de 2013 a partir do PRONAF foi de R\$ 139.433.044.595,97, sendo que desse total R\$ 5.874.193.212,07 foi distribuído entre os estados da região norte, cujo Pará acessou um valor total de R \$ 382.893.723,36 com uma quantidade total de 35.247 contratos, enquanto que Abaetetuba acessou um total de R\$ 2.457.917,86 distribuídos em 85 contratos na forma de custeio no setor agrícola e 441 contratos em forma de investimento, sendo que 419 foram aplicados no setor agrícola e 22 no setor da pecuária, totalizando um total de 526 contratos efetivados no município de

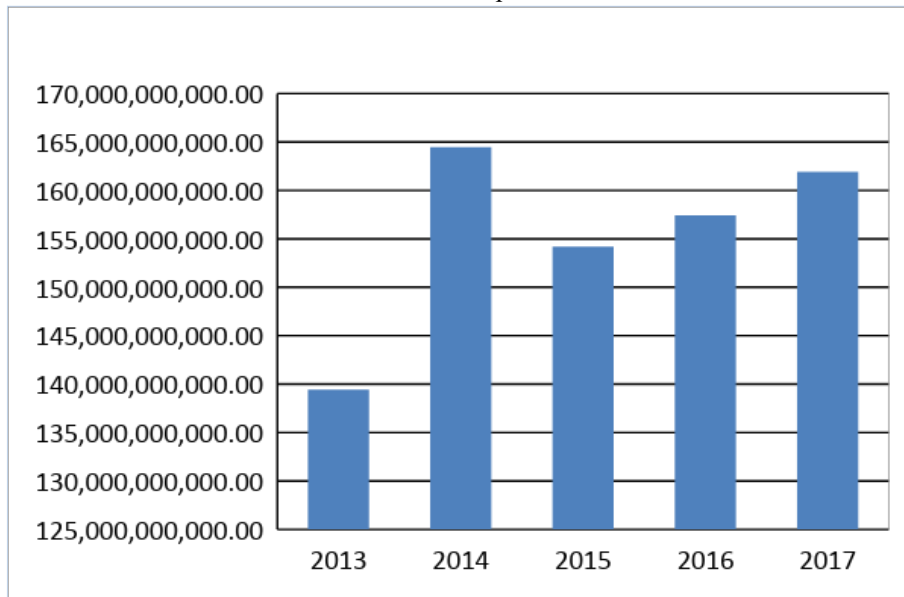
Abaetetuba-PA (Quadro 1). Vale destacar que, segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017) aponta um número de 9.410 estabelecimentos agropecuários no município de Abaetetuba-Pará.

**Quadro 1-** Quantitativo de projetos e recursos PRONAF entre 2013 e 2017.

País/Região	2013		2014		2015		2016		2017	
	Total de projetos	Vol. de recursos (R\$)	Total de projetos	Vol. de recursos (R\$)	Total de projetos	Vol. de recursos (R\$)	Total de projetos	Vol. de recursos (R\$)	Total de projetos	Vol. de recursos (R\$)
Brasil	2.804.927	139.433.044.595,97	2.584.790	164.480.139.334,70	2.330.584	154.178.971.685,29	2.195.023	157.427.137.555,04	1.588.290	161.926.583.226,58
Região Norte	125.683	5.874.193.212,07	131.658	8.247.834.643,60	97.494	7.237.453.174,80	80.387	6.496.706.725,82	72.532	7.852.790.204,73
Pará	35.247	382.893.723,36	37.168	469.473.546,74	26.094	355.060.393,51	16.924	266.483.456,01	12.455	236.490.808,48
Abaetetuba	526	2.457.917,86	745	5.321.146,94	221	1.890.708,64	60	688.047,80	66	1.195.213,73

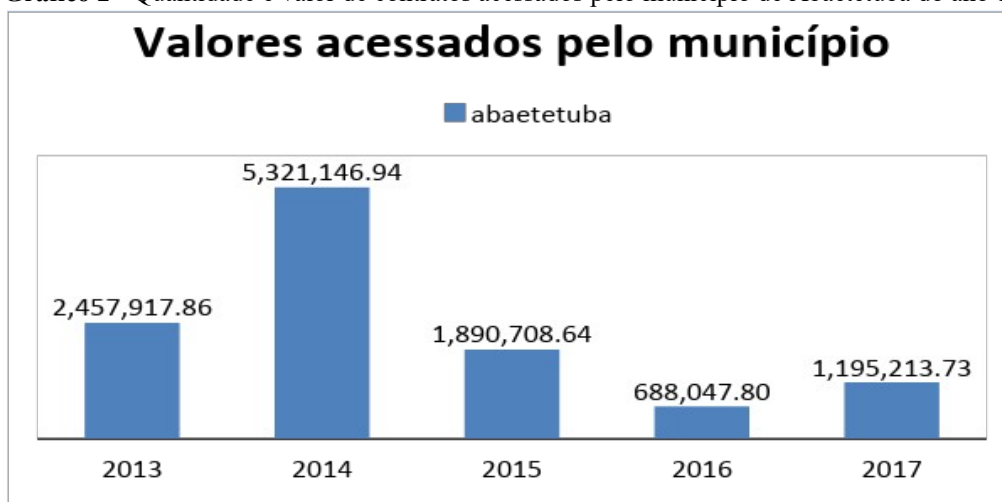
**Fonte:** Elaboração própria, com dados do banco central do Brasil.

Quando observados os valores de recursos dos contratos efetivados na escala nacional, há um aumento entre os períodos de 2013 a 2017, com redução nos anos 2015 e 2016, variando respectivamente de aproximadamente 140 bilhões de reais (2013) a mais de 160 bilhões de reais em 2017 (Gráfico 1). Por outro lado, na esfera municipal, nesse mesmo período a quantidade de valores efetivados pelo município de Abaetetuba é de 2.457.917,86 chegando a um valor de pouco mais de 5 milhões de reais e regredindo até 2017, com um valor de 1.195.213,73 de recursos efetivados.

**Gráfico 1** - Valores acessados nacionalmente por meio do PRONAF

**Fonte:** Elaborado a partir de levantamento de dados em página oficial do Banco Central do Brasil (2018)

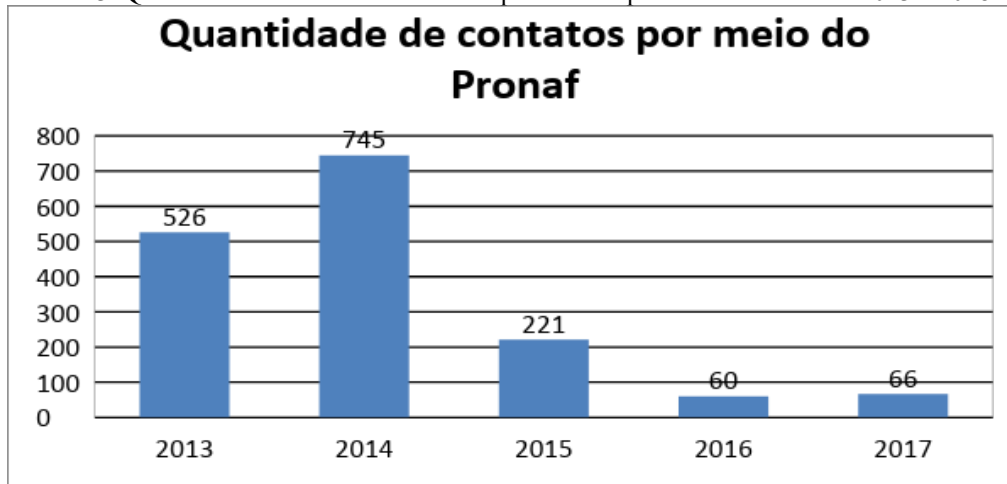
No gráfico abaixo (Gráfico 2) é possível verificar o volume total de recursos acessados em Abaetetuba para o período de 2013 a 2017. Nota-se uma tendência similar ao que aconteceu a nível nacional e regional.

**Gráfico 2** - Quantidade e valor de contratos acessados pelo município de Abaetetuba do ano de 2013 a 2018.

**Fonte:** Elaborado a partir de levantamento de dados em página oficial do Banco Central do Brasil (2018).

Na mesma linha do montante de dinheiro empregado pelo PRONAF nos estabelecimentos familiares no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, ocorre também uma redução significativa na quantidade de contratos efetivados no município de Abaetetuba (Gráfico 3).

Gráfico 3. Quantidade de contratos acessados pelo município de Abaetetuba de 2013 a 2018.



Fonte: Elaborado a partir de levantamento de dados em página oficial do Banco Central do Brasil (2018).

De maneira geral, pode-se constatar que o volume total e o número de projetos reduziu entre os anos 2014 e 2015/2016. Segundo Araújo e Vieira-Filho (2018, p. 10), a disponibilização de recursos foi desequilibrada no último período “muito provavelmente resultado da redução dos gastos públicos do governo federal com programas e políticas públicas após a recente crise econômica brasileira.”. De fato, ao mesmo tempo em que caía o volume de recursos, reduziu-se o número de contratos, porém o valor médio de cada contrato aumentou, como pode-se observar pelos dados do Quadro 1. Por exemplo, em 2013 o valor médio acessado foi de R\$ 4.672,84 em Abaetetuba, distribuídos para um total de 526, enquanto que em 2017 foi de R\$ 18.109,29, para um total de 66 projetos financiados.

#### 4 DISCUTINDO AS CARACTERÍSTICAS DOS FEIRANTES E SUA RELAÇÃO COM O ACESSO AO PRONAF

Por meio dos dados levantados foi possível identificar as características relacionadas aos agricultores da AFAFA, como, gênero, número de membros dependentes por família, posse ou não de DAP ou CAF, grau de escolaridade, idade, formas de aquisição do lote, tempo que reside no lote, canais de venda, número de atividades, extensão das propriedades em hectares. Com esses dados sistematizados, juntamente com as informações referentes ao acesso ou não ao PRONAF, foi possível analisar possíveis predominâncias dividindo em duas categorias (Acesso e não-acesso), indicando possíveis condicionantes ao acesso.

Entre os entrevistados, a faixa de idade vai de mais de vinte anos de idade até menos de 70 anos, com uma maior concentração dos que possuem idade de mais de 30 anos até a 60 anos de idade, que quando somados atingem 76% (23) dos entrevistados. Da amostragem 17 (56,66%) possui como grau de escolaridade o apenas o ensino fundamental, enquanto que outros 11 (36,66%) possuem o nível médio. 1 (3,33%) agricultor possui formação técnica e 1(3,33%) possui nível superior.

Conforme entrevista foi possível se obter o tempo que os agricultores residem em suas propriedades (Tabela 1).

**Tabela 1-** Tempo que os entrevistados residem no lote.

Tempo que reside no lote (ano)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
De 1 até 10	4	13
Mais de 10 até 20	3	10
Mais de 20 até 30	10	34
Mais de 30 até 40	5	17
Mais de 40 até 50	4	13
Mais de 50 até 60	4	13
Total	30	100

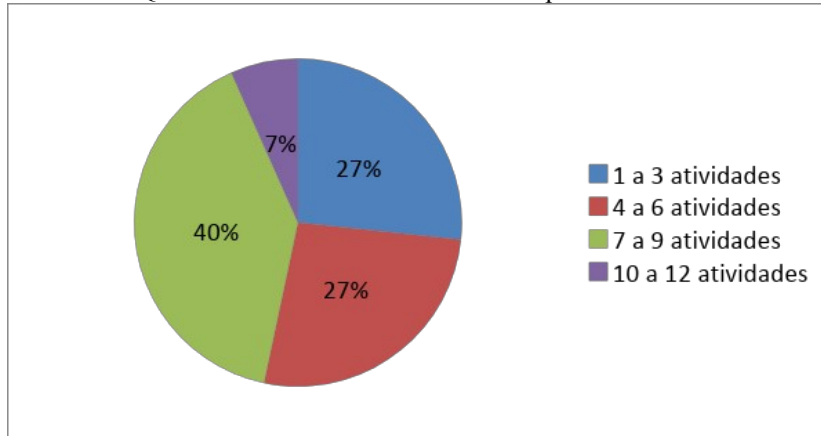
Fonte: Dados da pesquisa 2018.

Essa informação é relevante para nos ajudar a compreender que trata-se de uma população já estabilizada territorialmente, pelo menos no que diz respeito à temporalidade, pois a apenas 13% do total está há menos de 10 anos no lote.

##### 4.1 Atividades realizadas e área total utilizada

O demonstrativo das porcentagens de agricultores em relação à quantidade de atividades que o mesmo executa em sua propriedade são indicados abaixo (Gráfico 4). As principais atividades executadas pelos agricultores são: produção de farinha de mandioca, criação de frango, criação de abelhas, plantio de hortaliças, cultivo de pimenta do reino, plantios de banana, açaí, abacaxi, maracujá, cupuaçu entre outras. O número de atividades por estabelecimento vai de 1 atividade até 12 atividades por estabelecimento familiar. Onde se obteve que 40% dos entrevistados realizam de 7 a 9 atividades no lote para obtenção de renda, e 27% dos declararam realizar até 3 atividades no lote, enquanto que outros 27% declararam realizar de 4 a 6 atividades no lote, outros 6% de 10 a 12 atividades no lote.

**Gráfico 4** - Quantitativo do número de atividades por estabelecimento familiar.



**Fonte:** Elaborado a partir de levantamento de dados Entrevistas (2018)

A partir do levantamento foi possível obter a porcentagem de utilização das terras por agricultor para realização de suas atividades, foi detectado que 7 (23,33%) agricultores utilizam de 0% até 25% do total da propriedade. E 9 (30%) declararam que utilizam mais de 25 % até 50% do total de sua área. Enquanto que 4 (13,33%) utilizam de 50% a 75% da propriedade, e outros 6 (20%) trabalham ativamente de 75% a 100% da propriedade, enquanto que 4 (13,33%) dos entrevistados não sabe o tamanho da área que utiliza para atividades na agricultura.

#### 4.2 Canais e agentes de comercialização

Para além a feira do agricultor familiar que os agricultores são associados, ainda foram detectadas outras feiras que os mesmos comercializam seus produtos. As feiras citadas foram: feira de Barcarena, feira no Moju, feira de Vila do Conde, feira orgânica em Belém,

feira orgânica na Albrás. Outros agricultores destacaram a comercialização de seus produtos em redes de lanchonetes, e negociações com marreteiro<sup>3</sup>, diretamente na propriedade, em restaurantes, no comércio do beiradão<sup>4</sup>, para programas do governo federal como, PNAE e PAA. Em números, em torno de 19 (63,33%) estabelecimentos familiares possui apenas 2 meios de comercialização de seus produtos, outros 5 (16,66%) estabelecimentos possuem apenas 1 canal de comercialização, 4 (13,33%) estabelecimentos possuem 3 canais de comercialização, 1 (3,33%) estabelecimento possui 4 canais de comercialização e 1 (3,33%) possui 5 canais de comercialização.

#### 4.3 Renda anual estimada

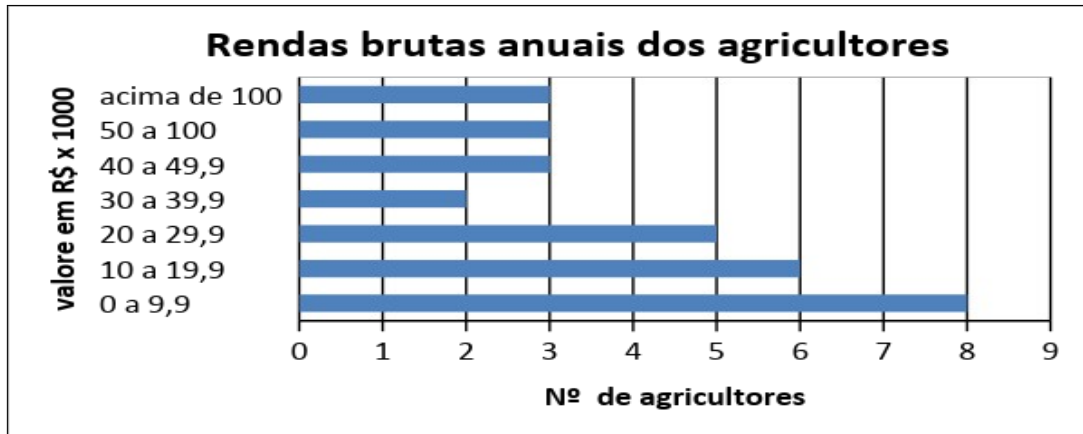
A partir da coleta de dados relativos aos montantes em dinheiro bruto movimentado pelos agricultores em um período de 1 ano, onde se obteve rendas com uma variação de valores de R\$ 3.360,00 até R\$ 144.000,00 anuais, com uma média de R\$35.680,00, onde os valores que concentram o maior número de agricultores são os que possuem rendas anuais de R\$ 3.360,00 a R\$ 9.900,00 com um número de 8 (26,66%) agricultores, seguido dos que possuem rendas anuais de R\$ 10.000,00 a R\$ 19.900,00 com um número de 6 (20%) agricultores. Esses dois grupos citados, se tomamos como fundamento os requisitos indicados pelo banco Basa (2018), podem ser enquadrados no *PRONAF B* para concessão de créditos, pois os mesmos possuem rendas brutas anuais de até R\$20.000,00. Entre a mostragem, agricultores que possuem renda de R\$20.000,00 a R\$ 29.900,00 compõem o total de 5 agricultores, e 2 agricultores com rendas que variam de R\$ 30.000,00 a 39.900,00, sendo que os que possuem rendas de anuais de R\$40.000,00 a R\$49.000,00, R\$50.000,00 a R\$100.000,00 e possuem respectivamente 3 agricultores cada grupo, foram detectados 3 agricultores que possuem rendas brutas superiores a R\$ 100.000,00 anuais.

**Gráfico 5** - Valores brutos de rendas anuais por estabelecimento familiar.

---

3 Ator social que compra e revende os produtos, também pode ser chamado de atravessador.

4 Local de comércio na beira do rio em Abaetetuba.



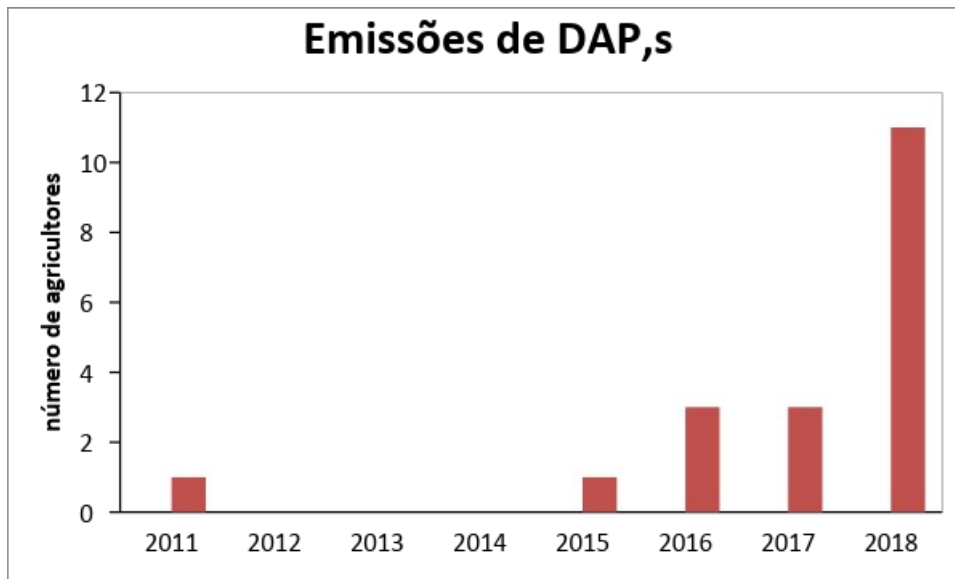
**Fonte:** Elaborado a partir de levantamento de dados Entrevistas (2018).

De acordo com as informações acima, a maior parte dos feirantes possui renda abaixo de 30 mil reais por ano. Segundo Barros (2015), após o PRONAF, houve o surgimento daquilo que a autora chama de “nova classe média” da agricultura familiar, correspondendo ao grupo que tem renda superior a 30 mil/ano. Segundo o estudo, esses agricultores puderam acessar tecnologias, incluindo maquinários, assistência técnica, fomento das atividades que elevaram os níveis de produtividade e acesso ao mercado.

#### 4.4 Acesso a documentos: DAP ou CAF

Os dados sobre a posse da Declaração de Aptidão ao PRONAF pelos agricultores apontam que 63% do total possuem DAP ou CAF, enquanto outros 37% nenhuma das duas declarações. Vale lembrar que a DAP é o principal documento para o acesso a qualquer uma das linhas de crédito do Pronaf e mais 15 políticas públicas do Governo Federal, tais como: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo essa ferramenta muito importante para inclusão ou exclusão no pleito de políticas públicas de incremento à agricultura familiar (SEAD, 2018).

**Gráfico 6** - Quantitativo e período de emissões das DAPs.



**Fonte:** Elaborado a partir de levantamento de dados Entrevistas (2018)

Quando analisadas os períodos de emissão das DAPs (Gráfico 6) foi detectada uma quantidade de 11 (36,66%) agricultores que obtiveram posse das declarações no ano de 2018. Conforme Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018 em seu Art.3, alínea c, estabelece que a validade para as DAPs a contar a partir da data de emissão, estes ainda estão com suas DAPs no prazo de validade, enquanto que o grupo de agricultores que declararam ter posse da DAP entre os períodos de 2011 a 2017 se esgotando e outras já vencidas, fazendo com que os mesmos não tenham um acesso imediato para solicitação de crédito junto ao PRONAF outra linha de crédito (BRASIL, 2018).

#### **4.5 Caracterizando variáveis socioeconômicas, documentais e fundiárias e sua relação com o acesso ao Pronaf**

O número de agricultores que acessou o crédito do PRONAF foi de 50% (15 famílias). Desse quantitativo, atualmente apenas 4 realizam as atividades de investimentos na produção por meio do PRONAF. Os acessos ao programa foram a grande maioria em forma de custeio, com um número de 12 estabelecimentos familiares, 2 na categoria de investimento e 1 no PRONAF Floresta. Complementando a classificação dos beneficiários, abaixo podemos verificar o quantitativo de acessos por gênero (Tabela 2).

**Tabela 2** - Quantidade de acessos ao PRONAF por gênero.

Gênero	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Acessou		Não acessou	
			Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Feminino	17	56,66	6	20%	11	36%
Masculino	13	43,33	9	30%	4	14%
Total	30	100	15		15	

**Fonte:** Dados da pesquisa 2018.

Do total de feirantes que compõem a amostragem, 56% (17) são mulheres. Desse total, 20% (6) receberam PRONAF, o restante (36% ou 11) não acessou. Assim, da amostragem, 43,3% (13) são homens. Desse total, 30% (9) acessaram o PRONAF, e apenas 14% (4) não acessou. Assim, entre a amostragem, mesmo as mulheres feirantes sendo maioria (56,6%), dos 15 acessos, apenas 6 eram mulheres. Vale destacar que entre as entrevistadas, nenhuma informou ter acessado o PRONAF mulher, que é uma das categorias possíveis. Conforme estudos realizados por Fernandes:

Partindo de alguns dados estatísticos, se percebeu um índice muito baixo de mulheres que acessavam esse crédito. Conforme observação empírica exploratória realizada em duas regiões de Santa Catarina, se constatou que quanto menos capitalizada for a família, e quanto menor a escolaridade das mulheres, menos acesso elas têm ao crédito. Também foi notório o acesso ao crédito por parte das mulheres que estavam inseridas no Movimento de Mulheres Camponesas. (FERNANDES, 2013, p.157).

Outra informação importante, que diz respeito aos arranjos familiares, é a quantidade de filhos e o percentual de acessos ao PRONAF por tipo de família (Tabela 3).

**Tabela 3** - Número de pessoas por família.

Quantidade de filhos	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Acessou		Não acessou	
			Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
De 1 a 4	21	70%	10	33,33%	11	36,66%
De 5 até 8	5	16,66%	3	10%	2	6,66%
De 9 até 12	0	-	-	-	-	-
Mais de 12 filhos	1	3,33%	1	3,33%	0	-
Não possui filhos	3	10%	1	3,33%	2	6,66%
Total	30	100	15		15	

**Fonte:** Dados da pesquisa 2018.

A partir dos dados acima, pode-se verificar se há uma predominância de projetos acessados nos agrupamentos familiares maiores ou menores. As variações relativas às quantidades de membros por estabelecimento familiar variam de agricultores que não

possuem filhos até os grupos familiares com número de mais de 12 membros por família. O grupo predominante em relação a quantidade de acessos e/ou não acesso ao PRONAF é aquele de 1 a 4 filhos por família, com uma frequência relativa de 70% dos entrevistados, e percentual de 33,33% de acessos, e 36,66% para o não acesso. Já os grupos familiares que possuem de 8 até 12 membros por família representam (5 famílias), desses apenas 10% teve acesso ao programa, enquanto que desse mesmo 2 (6,66%) não obtiveram acesso. De maneira geral, pode-se inferir que a predominância não se explica pelo número de filhos, já que a maior concentração entre as famílias pequenas, de até 4 filho, é também a numericamente maior. Outro dado relevante para avaliar o acesso ao PRONAF é ter ou não o documento que comprove pertencer à categoria agricultor familiar.

**Tabela 4** - Quantitativo de agricultores que possuem DAP ou CAF.

DAP ou CAF	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Acessou		Não acessou	
Possui	19	63,33%	13	43,33%	6	20%
Não possui	11	36,66%	2	6,66%	9	30%
Total	30	100	15		15	

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

Observando os números da tabela, é evidente que, mesmo associados, 11 (33%) ainda não possuem DAP ou CAF. Destaca-se o fato de que atualmente para acessar o recurso é muito relevante ter tais documentos. Nota-se que dos 15 que acessaram o crédito, 13 possuem a documentação. Segundo entrevista informal com o atual secretário de agricultura (G.F.M. entrevista realizada dia 28 de novembro de 2018), a falta de documentação é um dos principais limitantes de acesso ao PRONAF, pois esbarra na burocracia bancária. A informação foi confirmada pelo técnico da EMATER conhecido como Pingo (entrevista realizada dia 29 de novembro de 2018), que ressaltou que a ausência do CAR, e de regularização ambiental estão entre os grandes entraves para acesso ao crédito. A situação pode ser considerada mais agravante quando ponderamos que o grupo dos feirantes é privilegiado por estar mais próximo das instituições que outros agricultores localizados mais nos interiores do município.

Em relação à forma de aquisição dos lotes, o maior percentual de agricultores teve acesso por meio de herança, com um número de 25 agricultores, que equivale a 83% dos entrevistados. Outros sendo que 4 (14%) declararam que tiveram a posse do lote por meio da compra, e 1 agricultor declarou que tem uso da terra concedido por usucapião. Segundo Silva (2015), que avaliou políticas públicas de desenvolvimento rural em Minas Gerais, observa-se a tendência nesses casos em que as aquisições dos lotes se dá via relações de parentesco como heranças, por exemplo, ocorre um parcelamento das propriedades ao longo do tempo acelerando a minifundiarização, fator agravante aos processos de desenvolvimento rural.

**Tabela 5** - Extensão de terras dos agricultores da feira do agricultor familiar de Abaetetuba.

Tamanho da propriedade (ha)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)	Acessou		Não acessou	
			Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Menos de 1 até 10	20	66,66%	8	26,66%	12	40%
Mais de 10 até 20	4	13%	4	13,33%	-	-
Mais de 20 até 30	2	6,66%	2	6,66%	-	-
Mais 30 de até 40	2	6,66%	1	3,33%	1	3,33%
Não sabe o tamanho	2	6,66%	-	-	2	6,66%
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>15</b>		<b>15</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Quando somados a extensão de terras da amostragem, as mesmas atingem um total de 214,749 ha; com a média de 7,15 ha por agricultor. A maioria dos entrevistados (67%) declarou que possuem áreas menores que 10 ha, sendo que total 95% possuem áreas inferiores a 5,3 ha. Bezerra e Schlindwein (2016, p.8) defendem que, “diante desses dados, diferentes autores destacam que um fator limitador para produção agrícola familiar é a pequena área de terra”.

As principais culturas utilizadas giram em torno das atividades de plantio permanente, sendo que cada agricultor executa determinado número de atividades em seu lote dependendo das suas necessidades e até mesmo da extensão de área de sua propriedade, onde os que mais predominam entre as atividades de plantio permanente são açaí, cacau, cupuaçu, coco, café, laranja, limão, tangerina, pimenta, pimenta do reino, pupunha, jaca, murici, goiaba, acerola, jambo, bacuri e maracujá, por outro são executadas atividades nos lote que tenham respostas financeiras mais rápidas em um curto prazo de tempo para produzir, entre as que têm um maior grau de produção entre os entrevistados são mandioca, banana, mamão, pepino, feijão, abacaxi, macaxeira, gengibre, batata-doce, milho e arroz. Dentre os levantamentos foi possível notar que há uma pequena parcela de agricultores que executam a criação de frango para obtenção de renda.

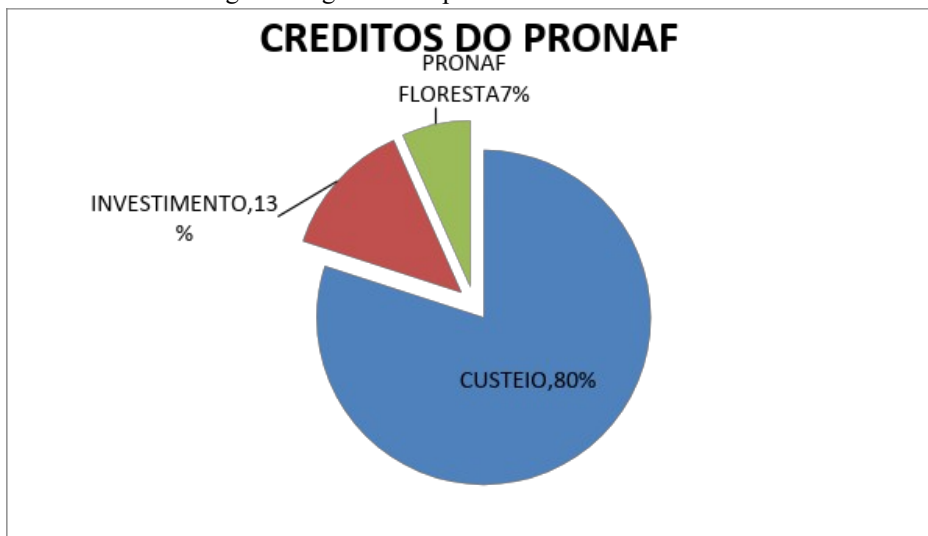
#### 4.5.1 Tipos e valores dos programas acessados pelo PRONAF

Os montantes relativos aos agricultores que acessaram o crédito por meio do PRONAF atingiram um valor de total de R\$ 141.800,00 com a média de R\$ 9.453,33 por agricultor, sendo que os valores acessados se dividem entre custeio da produção com uma porcentagem 80% dos entrevistados, investimento da produção com uma porcentagem de 13% dos agricultores e PRONAF Floresta com uma porcentagem de 7% dos agricultores cujos valores movimentados são respectivamente R\$68.800,00, R\$ 27.000,00 e R\$ 48.000,00.

Os principais tipos de créditos que são acessados são para incentivos a produção em plantio de mandioca em 6 estabelecimentos familiares com uma margem de 33% dos entrevistados, pimenta do reino com uma presença em 3 estabelecimentos familiares com uma margem de 17%, a terceira maior atividade que impulsionou o acesso ao crédito foi a atividades em horta com a presença em 2 estabelecimentos familiares com uma porcentagem de 11% dos entrevistados, sendo que as atividades relacionadas a crédito para plantio de banana, açaí e cupuaçu possuem uma mesma porcentagem de 5% para cada atividade, enquanto que para plantio de abacaxi, maracujá, preservação e financiamento de carro possuem uma porcentagem de 6% cada uma.

Os créditos acessados pelos agricultores da AFAFA foram predominantemente ao para o custeio da produção, havendo também acessos na categoria de investimento e preservação (gráfico 7).

**Gráfico 7** - Porcentagem de agricultores por modalidades de financiamentos do PRONAF.



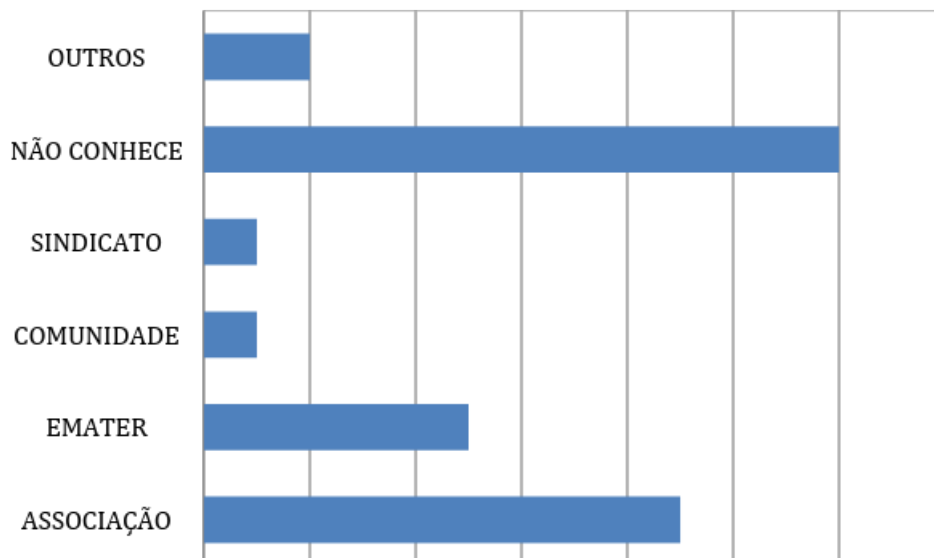
**Fonte:** Elaborado a partir de levantamento de dados Entrevistas (2018)

Sendo que desses investimentos, a maior parte foi na modalidade de custeio para plantio de mandioca, que representa um percentil de 40% dos entrevistados que acessaram o crédito do PRONAF, com um total de 6 estabelecimentos familiares. O segundo maior foi para o plantio de pimenta do reino com 20% do total de créditos acessados, que representa uma presença em 3 estabelecimentos familiares. O terceiro maior investimento foi por meio de financiamento de ampliação de horta com a presença em 2 (13%) estabelecimentos familiares. Os outros tipos de investimentos como banana, açaí, cupuaçu, abacaxi, maracujá, preservação ambiental e financiamento de carro, possuem percentil de 3,85% cada um.

#### 4.5.2 Formas de conhecimento sobre programa

Quando analisamos os meios de comunicação ou mediação que os agricultores utilizam para ter acesso a informações que lhe permitam acessar PRONAF, encontramos os seguintes resultados: As informações recebidas por intermédio de associações atingem um percentual de 30% dos entrevistados, já outros agricultores, em torno de 17% dos entrevistados declaram que foi por meio da EMATER, 3% por meio de sindicatos e 3% por meio da própria comunidade. Outros 7% por diversos meios que não sabe ao certo a origem da informação. Também foi detectado por meio da coleta de dados que há uma porcentagem em torno de 40% dos entrevistados que não conhecem o programa e nem suas finalidades (gráfico 8).

**Gráfico 8** - Quantitativo de agricultores que conhecem ou não o PRONAF e as devidas fontes de informações.



Fonte: Elaborado a partir de levantamento de dados Entrevistas (2018)

Estudos de Silva (2015) destacam sobre a necessidade de uma consolidação entre os órgãos institucionais, com intuito de estabelecer parcerias com organismos mais próximos (sobretudo conselhos, prefeituras, EMATER e associações comunitárias), com vistas a formar uma rede local para garantir um arranjo organizacional mais sólido, que os permita alcançar um melhor fluxo de informações, maior capacidade de acesso a recursos e maior velocidade e capacidade de ação.

#### **4.5.3 Fatores limitantes ao acesso ao PRONAF entre os feirantes**

As dificuldades de acesso ao crédito dos agricultores ao PRONAF são advindas de múltiplas causas, de ordens organizacionais, burocrática, decisões individuais, prioridades políticas, entre outros fatores. Apesar da complexidade para a compreensão das causas, é possível elencar alguns desses fatores, conforme apresentamos anteriormente.

[...] para serem bem sucedidos, os projetos de assentamentos rurais necessitam de planejamento e estruturação em áreas localizadas em solos férteis, com apoio financeiro na implantação, para a compra de equipamentos e, principalmente, com orientação técnica que forneça o suporte necessário para as atividades produtivas, de agregação de valor e comercialização. Condições essas, que muitas vezes não são contempladas ou apenas parcialmente aplicadas nos projetos já implantados. (SANGALLI e SCHLINDEIN, 2013, p. 11)

Em relação à decisão de alguns dos agricultores que não acessam por receio de investirem em suas produções em função do retorno monetário se fazer (tem medo de endividamento), estudos de Leite e Junior (2015) já identificavam que a decisão em obter financiamento incorpora variáveis não econômicas, onde a conduta moral acaba desestimulando a busca por recursos externos à unidade de produção diante do receio do endividamento.

Para além daqueles que não acessam os créditos por meio do PRONAF por receio de endividamentos, existem aqueles agricultores que conseguem acessar o crédito, entretanto no momento de implantação do projeto, ocorre o não cumprimento das etapas propostas, que consequentemente acarreta o mau andamento do projeto e até a interrupção do mesmo e, consequentemente, a não concessão de novos créditos de fomento a sua produção (recebeu parte do dinheiro, deu errado e está inadimplente no banco).

Esse é o caso limitante ao crédito do PRONAF por agricultores da AFAFA. As inadimplências em projetos anteriores, em função da falta de assistências técnicas para o

controle de pragas, onde determinada tipo de doença atacou a cultura que estava sendo implantada, prejudicando a produção. Segundo os agricultores, apesar de solicitações do agricultor por visita do técnico responsável pelo projeto, não obteve suporte para o controle, que ocasionou a morte das mudas e a perda dos trabalhos e do investimento (iniciou o projeto a praga atacou as mudas, não teve ajuda, interrompeu o processo e está inadimplente no banco).

Outro aspecto que limita o acesso ao crédito do PRONAF, que foi detectado no decorrer das entrevistas, está relacionado ao fato dos agricultores não conseguem agregar informações suficientes para pleito dessa política de fomento a agricultura familiar. Os mesmos conhecem superficialmente as funcionalidades dos programas, e não conhecem bem as vias de acesso, como instituições que emitem documentos e até mesmo a preparação de projetos para solicitação de crédito (Chegou a procurar, mas deu errado).

Também houve agricultores que iniciaram os trâmites para solicitar o crédito para expansão de suas atividades agrícolas, mas foram indeferidos no início do processo. O agricultor emitiu a DAP, apresentou projeto, entretanto durante processo o banco indeferiu o processo e não deu a devida justificativa, ocasionou o desinteresse do agricultor e desistência (iniciou e deu errado e não sabe dos motivos).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo da pesquisa foi possível se ter entendimento da importância da agricultura para as famílias associadas, bem como da importância desses agricultores para o desenvolvimento da economia local, seja este por meio de canais de comercialização institucionais ou fora dele.

De certa forma, os agricultores associados à AFAFA, podem ser considerados privilegiados devido à relação de proximidade como órgãos institucionais, como secretarias municipais, universidades e principalmente das empresas de assistência técnica e extensão rural. Quando essas instituições atuam, estas têm a capacidade de ampliar as possibilidades de crescimento e desenvolvimento dessas unidades familiares agrícolas.

Como se pode evidenciar, houve quedas significativas nas quantidades de contratos entre as unidades federativas, nacionais, regionais, estaduais e principalmente na escala municipal. Entretanto isso não expressou quedas nas quantidades individuais dos valores empregados por meio da concessão de crédito do PRONAF. Abaetetuba apresentou uma queda significativa de 526 contratos em 2013 para 66 contratos em 2017, mas os valores médios dos contratos não acompanharam a queda, saindo de mais de pouco mais 4 mil reais para uma média de 18 mil reais, que eventualmente pode ser devido a concessão de novas linhas e categorias de créditos.

Como principais resultados, detectamos 50% da amostragem obteve acesso ao crédito PRONAF. Entre os fatores que condicionam o acesso ou não acesso ao crédito há algumas predominâncias, principalmente em relação às especificidades dos agricultores e de seus lotes de terra. O primeiro fator está relacionados ao gênero, onde tem se uma maioria de mulheres entre os entrevistados, entretanto isso não reflete para as quantidades de acesso ao crédito, e apesar dos homens estarem em menor número estes ainda possui uma quantidade maior de acesso. Outro aspecto significativo está relacionado às extensões de terras dos agricultores, onde se uma concentração de agricultores (66,66%) com áreas inferiores a 10ha, e que não conseguiram acesso ao crédito do PRONAF. Outro fator condicionante são as documentações necessárias para solicitação do crédito, tendo a DAP documento importante de acesso, entretanto no decorrer da pesquisa surgiu uma nova documentação tão importante quanta as declarações, e de cunho ambiental (CAR) que aparece com um dos principais empecilhos na implantação de projetos de fomento aos agricultores atualmente no município de Abaetetuba-Pará.

Instigamos para a necessidade de ampliação dos estudos para além da feira ou outros espaços mais restritos, para compreender as dificuldades reais que a agricultura familiar no município enfrenta, contribuindo assim para diagnósticos mais precisos e intervenções futuras. Para finalizar, gostaríamos de destacar que estudos sobre o acesso e também o funcionamento mais geral das políticas públicas de apoio à agricultura familiar devem se constituir objetos privilegiados de estudos tanto para aqueles interessados em avaliar os efeitos e efetividades das mesmas, e também indicar os caminhos a serem percorridos no sentido da correção das fragilidades que impedem as capilaridades necessárias para que essas distribuições de recursos possam tomar o caminho da redução das desigualdades.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jair Andrade; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Análise dos Impactos do Pronaf na Agricultura do Brasil no Período de 2007 a 2016. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 2412, set. 2018. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8696/1/td\\_2412\\_.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8696/1/td_2412_.pdf)>. Acesso em 28 nov. 2018.
- BANCO DA AMAZÔNIA (BASA). PRONAF B - Microcrédito Produtivo Rural. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos1/pronaf-b>>. Acesso em 28 nov. 2018.
- BARROS, B. A “nova classe média” da agricultura familiar. **Unisinos online**. 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/540138-a-nova-classe-media-da-agricultura-familiar->>. Acesso em 03 dez. 2018.
- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M.M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.
- BRASIL. Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018. **Diário Oficial [da] União [da] República Federativa do Brasil**, Casa Civil, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, Edição 165, Seção 1, p. 4. Disponível em: [http://www.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397](http://www.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397). Acesso em 30 nov. 2018.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos**, n. 101, p. 57-76, 2015.
- CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p 70-82, abr. 1997.
- CLAUDINO, L. S. D.; PANTOJA, D.; PIMENTEL, W.; ROSA, J. A Feira da Agricultura Familiar de Abaetetuba, nordeste paraense, como possibilidade ao desenvolvimento (rural) sustentável. **Anais do 1. Simpósio Sober Norte**, Belém – Pará, 22 e 23 de junho de 2017.
- CRED CIDADÃO, O Que Financia?. Disponível em: <http://www.credcidadeo.pa.gov.br/o-que-financia-0>. Acesso em 03 dez. 2018.
- FERNANDES, Sirlei A. Entraves para a inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina. **Revista Grifos**, n. 34/35, p. 157-175, 2013.
- FILGUEIRAS, Gisalda Carvalho et al. O Papel do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para a Região Norte do Brasil. **Revista Agroecossistemas**, v. 9, n. 1, p. 116-130, 2017.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ.**

**Sociol. Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUSP, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, 2008.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, Piracicaba-SP, v. 52, Suplemento, p. 125-146, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Dados preliminares. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em 29 nov. 2018.

LEITE, S. P. JUNIOR, V. J. W. Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 22, p. 83-108, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3432/1482>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MATTEI, Lauro et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais [...]**. Londrina: SOBER, 2007. p. 1-22.

SILVA, Sandro Perreira. A dinâmica das políticas públicas de desenvolvimento rural e sua incidência territorial: Uma análise do Pronaf no território Vale do Mucuri/MG. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v.22, n.2, p. 60-78, 2015. Disponível em: [https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/13407/pdf\\_1](https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/13407/pdf_1). Acesso em 29 nov. 2018

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. Desafios da Agricultura Familiar: Deficiências e Potencialidades de Desenvolvimento no Assentamento Rural Lagoa Grande, Em Dourados, Mato Grosso Do Sul. **Revista ORG & DEMO**, Marília, v. 14, n. 2, p. 7-28, jul./dez. 2013.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**, Porto Alegre, p. 21- 50, 2004.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez 2006.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO.  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS NATURAIS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

### LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE FINANCIAMENTOS DO PRONAF

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

1. Diagnóstico da família

Nome: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ estado civil: \_\_\_\_\_ escolaridade \_\_\_\_\_

Nome do (a) cônjuge: \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_ escolaridade \_\_\_\_\_

Quantidade de filhos: \_\_\_\_\_ Quantos trabalham na propriedade? \_\_\_\_\_

Filho 1 : \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Filho 2 : \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Filho 3 : \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Filho 4 : \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Filho 5 : \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Filho 6 : \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Localização do estabelecimento: \_\_\_\_\_

Tempo que reside no lote: \_\_\_\_\_

Forma de aquisição do lote: ( ) herança ( ) comprado ( ) outros: \_\_\_\_\_

Tamanho total da propriedade \_\_\_\_\_ Área em uso agrícola \_\_\_\_\_

Quais as principais atividades no lote? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Possui automóvel/carro ou moto? \_\_\_\_\_ qual? \_\_\_\_\_

para quem/onde vende a produção? \_\_\_\_\_

Renda estimada anual com a agricultura: \_\_\_\_\_

2. Já acessaram algum tipo de crédito?

( ) sim Qual : \_\_\_\_\_

( ) não

3. Possui DAP ou CAF? \_\_\_\_\_ desde quando? \_\_\_\_\_

4. Já acessaram algum tipo de crédito de Pronaf?

( ) sim Qual: \_\_\_\_\_

Valor: \_\_\_\_\_

Tipo de investimento: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Como ficou conhecendo o crédito? \_\_\_\_\_

( ) não Qual motivo do não acesso? Enumere as principais dificuldades

( ) chegou a procurar. ( ) iniciou e deu errado. Motivos:

\_\_\_\_\_

4. Você gostaria de acessar crédito? ( ) Sim ( ) não. Para qual finalidade?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_